

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*

BERNARD DA COSTA CAMPOS — *Diretor*

J. A. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Executivo*

MAURO GUIMARÃES — *Diretor*

FERNANDO PEDREIRA — *Redator Chefe*

MARCOS SÁ CORREIA — *Editor*

FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Assistente*

ANC 88

Pasta 16 a 23

Abri/87

020

PMDB
ANC

Armadilha das Urnas

DESDE as eleições de 15 de novembro, uma incôgnita desafia o raciocínio democrático brasileiro: o que nos espera, em matéria de partidos políticos, depois de resultados que deram 22 entre 23 governadores ao PMDB? O primeiro temor, logo dissipado, foi o de que poderia tornar-se inevitável a tendência para o partido único.

A pluralidade brasileira nos preservou desse risco. Do mal do partido único nos livramos porque não há apenas um PMDB nos dois que mais se mostram em divergências. Mas nos falta o núcleo de uma nova oposição, capaz de garantir um lastro para o regime democrático. Sem oposição, continuaremos a dar a impressão de que tendemos para o partido praticamente único, pois o PMDB é de uma voracidade rara: vinte anos de jejum oficial (é verdade que comia migalhas administrativas pela boca do seu segundo escalão) não se satisfazem de imediato. Que deponha o PFL. Não bastam muitos pequenos partidos e um grande demais, para assegurar a construção de um regime democrático.

O PMDB, pela voz do seu presidente, autoriza a suspeita crescente: o partido quer tudo, quer decidir sozinho, quer mandar com exclusividade e gostaria que os outros atrofiassem para fazer apenas número e não atrapalhar a hegemonia. Quer tudo o PMDB.

A esta altura, porém, outro temor se manifesta em relação ao PMDB: nada pode, por enquanto, garantir o Brasil contra o perigo de um novo bipartidarismo. Os males desse sistema estão na memória dos cidadãos. E com uma agravante: no autoritarismo, a Arena (depois PDS) estava no governo mas não fazia parte do poder. Era elemento decorativo, e mesmo assim atrapalhou. Não foi apenas o autoritarismo que transformou o Congresso numa casa de privilégios e em mansão de mordomia. A Arena trabalhou debaixo do pano e contou com a discrição cúmplice do PMDB, para a vergonha de que o Brasil vai tomando conhecimento aos poucos, sob as mais acintosas formas de privilégios políticos.

Bipartidarismo, para o brasileiro, nunca mais. Portanto é preciso evitar que o PMDB faça com o PFL o que a Arena lhe fez: isto é, o transforme em cúmplice. E essa cautela precisa contar com outras tendências políticas, em quantidade e em qualidade representativa capazes de competir com o monopólio da Aliança Democrática.

Essa aliança é hoje fictícia, mas essencial para o governo não sofrer a chantagem do PMDB. Não é por outra razão que, depois de considerada morta, os próprios dirigentes do PMDB — Ulysses Guimarães à frente, acolitado por Fernando Henrique e outras vózes articuladas pelos mesmos interesses — passaram a revalidar o entendimento histórico como prioritário para a transição. Em que momento, porém, foram sinceros?

A questão política, no que diz respeito aos partidos, é portanto contornar o risco do bipartidarismo, do qual ainda não nos livramos, e estimular a existência de uma oposição que não seja essa forma primária, radical e ideológica que às vezes aparece, e cujo malefício é apenas reforçar o apoio social ao PMDB. Já é tempo de que os constituintes, pensando acima dos partidos e do seu tempo de mandato, considerem as questões não apenas como o autoritarismo fazia. Por que não partidos regionais? Por que o Brasil terá que formar apenas partidos que existam no Congresso Nacional, e por que não em alguns Estados?

Já é tempo de se ver a democracia entre nós por uma ótica que procure entender e aceitar as diversidades. A sublegenda podia não ser uma solução confiável, mas sem dúvida foi ela que garantiu, sob o bipartidarismo, um coeficiente de democracia sob esse ponto de vista regional. Não havia entre as sublegendas estaduais nada em comum como expressão nacional.

A nova legislação partidária decorrerá do que a Constituição estabelecer como princípios gerais. Pois bem: que se considerem princípios gerais amplos, e não restritos. Já se passou a ver o voto distrital pelo que ele contém de moralizador, no sentido de dispensar a presença de dinheiro ao reduzir os altos custos da eleição proporcional. Ao se acabar com a legenda de aluguel, o sentido representativo vai se apurar. É no distrito eleitoral que a luta política adquire o sentido de confiança estreita entre o representante e o representado.

A Constituinte precisará, desde logo, chegar às considerações objetivas, e baixar ao plano da realidade seus conceitos e sonhos que passam de geração a geração. Basta de sonhar com a democracia: vamos começar a vivê-la, com todas as responsabilidades e conseqüências, para se perder o medo da liberdade. Sobretudo dos riscos que não existem.